



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

TARDE

AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS - AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Observe o texto jornalístico a seguir (texto 1).

“A operação saída para este longo final de semana, que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida, e a coincidência com a festa de ontem à noite provocaram um grande colapso circulatório no Rio de Janeiro durante toda a tarde, de modo que as principais vias de saída da cidade não puderam suportar os mais de quinhentos mil automóveis que se previa que sairiam, e o caos durou até as primeiras horas da madrugada.”

Esse pequeno texto mostra um conjunto de problemas de escritura; o problema identificado abaixo que NÃO ocorre nesse texto, é:

- (A) poderia haver uma separação de termos com o auxílio de pontos após “tarde” e “sairiam”;
- (B) alguns adjetivos são supérfluos, como “grande”, já que nada acrescenta ao texto;
- (C) algumas expressões ou termos podem ser retirados sem prejuízo do texto, como “a coincidência com” e “da cidade”;
- (D) trata-se de um período extremamente longo, que poderia ter esse problema reduzido com a substituição de termos ou eliminação de elementos inúteis;
- (E) o texto mostra muitas orações subordinadas, como “que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida” ou “que se previa que sairiam” que poderiam ser substituídas por termos de menor extensão.

2

A linguagem que empregamos nos textos que produzimos pode ser do registro formal ou do registro informal, segundo o ambiente comunicativo.

A frase abaixo que se enquadra no registro informal, é:

- (A) Segunda-feira, os pilotos darão a partida para mais uma etapa do campeonato;
- (B) Repentinamente, o mau tempo se espalhou por quase todos os estados brasileiros;
- (C) O candidato compreendeu as razões pelas quais ele não foi aprovado no concurso;
- (D) A despeito das intensas investigações, a polícia não chegou a localizar as armas roubadas do arsenal;
- (E) Por mais que a gente combata a corrupção, parece que esse mal sempre reaparece, tão arraigado está entre nós.

3

Uma das tarefas mais complicadas na escritura é a seleção adequada de palavras utilizadas nos textos.

A opção abaixo em que a crítica indicada sobre o uso de palavras no texto dado NÃO é pertinente, é:

- (A) “Um tema pelo qual estou interessado é o relacionado com os efeitos que provoca a droga a nível desportivo.” / utilização de termos desnecessários;
- (B) “Em muitas partes do corpo como são as mãos, as orelhas e os pés, estão representados todos os órgãos e partes do corpo, como mostra a reflexologia.” / repetição de palavras idênticas;
- (C) “O projeto governamental não foi aprovado no Senado, a despeito dos esforços dos partidos governistas, em função da grande pressão popular.” / utilização de conectores inadequados;
- (D) “As coisas apresentadas na exposição tinham aspecto interessante, mas a ausência de público prejudicou o bom evento.” / emprego de palavras demasiadamente gerais ou de significado impreciso;
- (E) “O aprofundamento dos debates paralelamente às novas contribuições trazidas pelos parlamentares pode dar solução ao problema das moradias.” / utilização de palavras abstratas em lugar das concretas e de vocábulos mais longos em lugar dos mais curtos.

4

Eis um famoso segmento do *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira (texto 2):

“Eis que o que semeia saiu a semear’. Diz Cristo, que saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também faz caso do sair: *Exiit* (saiu), porque no dia da messe hão-nos de medir a semente e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dispendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a semente; aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a semente e hão-lhes de contar os passos”.

A afirmação que está em acordo com o que é lido no fragmento acima, é:

- (A) o pregador diz que “Deus não é assim” porque Deus consegue ver o que os homens não veem;
- (B) todos os que semeiam a palavra divina receberão sua paga, pelo que fizeram e também pelo esforço empregado;
- (C) ao designar o semeador como “o que semeia”, no texto evangélico, o autor prioriza o que é a pessoa, acima do que ela faz;
- (D) o sermão faz uma comparação entre os pregadores que saem e os que ficam na pátria, mostrando a justiça de Deus ao julgá-los de forma idêntica;
- (E) nas cinco primeiras linhas do texto, o orador faz uma interpretação do texto citado ao início, mostrando o valor lógico das palavras empregadas.

Texto 3

“De origem ainda incerta, o pão, base da alimentação da quase totalidade dos seres humanos, é conhecido desde o período Neolítico. Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco”.

5

A função de linguagem predominante no texto 3 é:

- (A) metalinguística, pois explica a origem do vocábulo “pão”;
- (B) emotiva, pois mostra opiniões pessoais de quem escreve;
- (C) poética, pois constrói o texto com preocupações estéticas;
- (D) referencial, pois fornece dados reais sobre a história do pão;
- (E) conativa, pois tenta convencer o leitor das informações dadas.

6

“Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco.”

O problema de escritura que ocorre nesse segmento do texto 3, é:

- (A) uma possível ambiguidade;
- (B) a ocorrência de um erro de ortografia;
- (C) a presença de oralidade na língua escrita;
- (D) o excesso de adjetivos, alguns dispensáveis;
- (E) a existência de redundâncias desnecessárias.

7

Observe a seguinte frase:

“Se as crianças se entretessem, a babá não teria intervindo para lhes auxiliar na brincadeira”.

Nessa frase, o(s) erro(s) existente(s) é(são):

- (A) apenas na conjugação do verbo “intervir”;
- (B) apenas na conjugação do verbo “entreteter”;
- (C) na conjugação do verbo “entreteter” e na regência de “auxiliar”;
- (D) na conjugação do verbo “entreteter” e na colocação do pronome “lhes”;
- (E) na conjugação dos verbos “entreteter” e “intervir” e na regência do verbo “auxiliar”.

8

Observe o texto a seguir (texto 4).

“Os visitantes falam alto e esquecem que eles estão num hospital apesar dos avisos em cartazes que lhes pedem respeito pelos pacientes. Além disso levam seus filhos para esse meio cheio de micróbios, ignorando que essas pobres crianças correm risco de graves contaminações. Às vezes eles trazem comida, acreditando estar fazendo um bem, e a dão aos doentes com risco de agravamento de seus casos.”

A respeito do texto, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de um texto publicitário, com a intenção de serem corrigidos alguns problemas nos hospitais;
- (B) o autor do texto denuncia alguns comportamentos negativos, mas não especifica os males causados;
- (C) o texto procura informar visitantes dos hospitais sobre os problemas causados por eles, apoiando-se em argumentos de opiniões;
- (D) a escritura do texto não mostra qualquer intromissão do enunciador nos fatos indicados;
- (E) no fundo, o texto critica fundamentalmente a má administração dos hospitais, pela falta de fiscalização e pela falta de informações nos cartazes espalhados pelos corredores.

9

Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- (A) injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / receitas;
- (B) explicativo – fazer compreender algo / romance policial;
- (C) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / texto de horóscopo;
- (D) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- (E) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / comentário jornalístico.

10

Observe o seguinte capítulo do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis:

“Pádua era empregado em repartição dependente do ministério da guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. Demais, a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade dele. Comprou-a com a sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria, dez contos de réis. A primeira ideia do Pádua, quando lhe saiu o prêmio, foi comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros, etc.; mas a mulher, esta D. Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa, em pé, falando à filha, alta, forte, cheia, como a filha, a mesma cabeça, os mesmos olhos claros, a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes. Pádua hesitou muito; afinal, teve de ceder aos conselhos de minha mãe, a quem D. Fortunata pediu auxílio. Nem foi só nessa ocasião que minha mãe lhes valeu; um dia chegou a salvar a vida do Pádua. Escutai; a anedota é curta.

O administrador da repartição em que Pádua trabalhava teve de ir ao Norte, em comissão. Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou substituindo o administrador com os respectivos honorários. Esta mudança de fortuna trouxe-lhe certa vertigem; era antes dos dez contos. Não se contentou de reformar a roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz. Viveu assim vinte e dois meses na suposição de uma eterna interinidade”.

Sobre a esquematização do tempo nesse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o texto mostra uma evolução cronológica contínua dos fatos narrados;
- (B) ocorre no texto acima uma prolepse, ou seja, uma antecipação das ações futuras;
- (C) parte do fragmento textual mostra uma pausa, ou seja, um momento em que a ação narrativa para;
- (D) entre os fatos narrados no texto há uma elipse de tempo, quando se salta de um momento a outro na sequência;
- (E) o fragmento mostra a esquematização básica dos textos narrativos: uma situação inicial, um elemento perturbador, os fatos ou acontecimentos e uma resolução final.

11

Todas as frases abaixo mostram um termo sublinhado, que é retomado no decorrer do texto; a opção em que essa retomada é identificada corretamente, é:

- (A) Toninho vem de contar-nos uma história estranha. Essa história se passa no início do século passado. / retomada por meio de um mesmo nome com um determinante demonstrativo;
- (B) Bruna mostra neste momento um grande entusiasmo por seu novo trabalho. Seu engajamento favorece, sem dúvida, seu progresso profissional na empresa. / retomada por meio de um termo genérico, acompanhado de um pronome possessivo;
- (C) A neve começou a cair e algumas horas mais tarde tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista. / retomada por meio de um termo sintético, precedido de um indefinido;
- (D) João acabou de comprar duas canetas, três lápis e um caderno pautado. Ele necessita desses artigos para o trabalho que está fazendo. / retomada por meio de um sinônimo, precedido de um demonstrativo;
- (E) A escrita data de muitos séculos. Sabem vocês a que data se localiza o primeiro alfabeto? / retomada por meio de termo relacionado.

12

Observe o texto a seguir (texto 5).

“O poder da música. A música tem um poder tal, que, após muitas lendas, ela certamente foi criada pelos próprios deuses. Os gregos da Antiguidade contavam que Orfeu tinha recebido o dom da música da mão dos deuses. Ele tocava tão bem a lira, que sua música podia encantar as árvores, as montanhas e as próprias feras. Enquanto tais mitos celebram as origens divinas do som, outros celebram seu poder criador. Assim, um canto polinésio conta que o mundo foi criado pelas canções do deus Taaroa. Outrora, associava-se à música os poderes mágicos que influenciavam a vida cotidiana. Existem ainda, para todas as épocas do calendário rural, cantos que homenageavam os pastores. Há também cantos mais utilitários como as canções de navegação que serviam para ritmar esforços dos marinheiros.” (Nathan, *A música*)

A opção abaixo em que um dos termos indicados – na ordem em que aparecem no texto – NÃO se refere ao tema da música, é:

- (A) som / seu;
- (B) A música / ela;
- (C) música / a lira;
- (D) música / mitos;
- (E) canto / canções do deus Taaroa.

13

Na língua portuguesa há um grande número de locuções ou frases feitas amplamente usadas; entre as opções abaixo, aquela que NÃO tem o seu sentido indicado de forma correta, mas o oposto, é:

- (A) arrepiar caminho / afastar-se;
- (B) ter as costas quentes / sentir-se protegido;
- (C) ser fogo de palha / entusiasmo passageiro;
- (D) andar num cortado / estar em dificuldades;
- (E) pôr alguém nas nuvens / exaltar uma pessoa.

14

Observe o período abaixo, em discurso direto:

“Eu perguntei ao ministro: – V. Ex^a trouxe consigo o dinheiro que lhe emprestei ontem?”

Se passarmos esse mesmo período para o discurso indireto, a única modificação NÃO cabível é:

- (A) “S. Ex^a” em lugar de “V. Ex^a”;
- (B) “com ele” em lugar de “consigo”;
- (C) “trouxera” em lugar de “trouxe”;
- (D) “na véspera” em lugar de “ontem”;
- (E) a conjunção “se” em lugar dos dois pontos e do travessão.

15

A frase abaixo em que a concordância verbal está inadequada, é:

- (A) Quantos anos haverá que ela nos visitou?;
- (B) Deve ir em cinco anos que viajei para a Europa;
- (C) Cinco anos está fazendo que nos encontramos;
- (D) Deve estar passando dois minutos das seis horas;
- (E) Há de fazer duas semanas que comprei o carro novo.

Língua Inglesa

READ THE TEXT AND ANSWER QUESTIONS 16 TO 20:

Audit data analytics, machine learning, and full population testing

Technologies are evolving at an unprecedented pace and pose significant challenges and opportunities to companies and related parties, including the accounting profession. In today’s business environment, it is inevitable for companies to react quickly to changing conditions and markets. Many companies are seeking better ways to utilize emerging technologies to transform how they conduct business. We live in an age of information explosion, with technologies capable of making revolutionary changes in various industries and reshaping business models. At present, many companies view data as one of their most valuable assets. They amass an unprecedented amount of data from their daily business operation and strive to harness the power of data through analytics. Emerging technologies like robotic process automation, machine learning, and data analytics also impact the accounting profession. It is important for the profession to understand the impacts, opportunities, and challenges of these technologies.

Specifically, in audit and assurance areas, data analytics and machine learning will lead to many changes in the foreseeable future. Audit sampling is one such potential change. The use of sampling in audits has been criticized since it only provides a small snapshot of the entire population. To address this major issue, this study introduces the idea of applying audit data analytics and machine learning for full population testing through the concept of “audit-by-exception” and “exceptional exceptions.” In this way, the emphasis of audit work shifts from “transaction examination” to “exception examination” and prioritizes the exceptions based on different criteria. Consequently, auditors can assess the associated risk based on the entire population of the transactions and thus enhance the effectiveness and efficiency of the audit process.

Adapted from the introduction to a study published in:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S240591882200006X>

16

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F):

- () Many companies nowadays tend to overlook data gathering.
- () The accounting profession has managed to resist the impact of technology.
- () In the study mentioned by the text, full population testing is to be preferred to sampling.

The statements are, respectively:

- (A) T; T; F;
- (B) T; F; T;
- (C) F; F; T;
- (D) F; T; T;
- (E) F; T; F.

17

In “They amass” (1st paragraph), the pronoun refers to:

- (A) assets;
- (B) changes;
- (C) industries;
- (D) companies;
- (E) technologies.

18

In the sentence “Emerging technologies like robotic process automation” (1st paragraph), “like” expresses:

- (A) appreciation;
- (B) informality;
- (C) preference;
- (D) possibility;
- (E) similarity.

19

A “foreseeable future” (2nd paragraph) is one that:

- (A) must be sudden;
- (B) can be predicted;
- (C) may be forgotten;
- (D) will be depressing;
- (E) should be avoided.

20

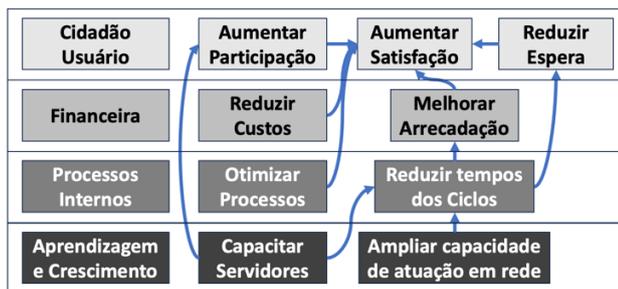
The verb form in “has been criticized” (2nd paragraph) is in the:

- (A) simple past, active voice;
- (B) simple past, passive voice;
- (C) present perfect, active voice;
- (D) present perfect, passive voice;
- (E) present continuous, passive voice.

Administração Pública e Políticas Públicas

Figura 1

Uma determinada organização social atuando na área de saúde pública iniciou a elaboração do seu *balanced score card* (BSC), adaptando a metodologia para a realidade de sua atuação. No BSC elaborado, é possível perceber a adaptação das quatro perspectivas, bem como dos objetivos estratégicos e, posteriormente, seus indicadores.



21

Considerando-se a figura 1 apresentada, um indicador da perspectiva de processos internos é o(a):

- (A) número de funcionários treinados interfunções;
- (B) percentual de redução de custos de armazenamento;
- (C) taxa de capacitação e atualização dos colaboradores;
- (D) percentual de reclamações na prestação do serviço final;
- (E) percentual de redução do prazo de aquisições de insumos.

22

Para a construção do mapa estratégico e dos projetos e planos de ação, os gestores dessa mesma organização (figura 1) deverão levar em consideração questões orientadoras que sempre remetam aos princípios e valores estratégicos compatíveis com cada perspectiva.

É compatível com a perspectiva de aprendizagem e crescimento:

- (A) maximizar capital social com cidadãos;
- (B) aumentar as receitas e melhorar fluxo de caixa;
- (C) melhorar continuamente as atividades dos setores;
- (D) incorporar nos serviços a coprodução com usuários;
- (E) ampliar a capacidade de integração com outros atores.

23

Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo. Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- (A) dignidade humana;
- (B) soberania;
- (C) cidadania;
- (D) livre iniciativa;
- (E) publicidade.

24

Contemporaneamente, é reconhecido que o exercício do controle sobre os serviços públicos tem potencial para incorporar mais ativamente a população, os usuários e os gestores das políticas nos processos de controle. A esse respeito, há o potencial de serem desenvolvidas ações como:

- presença mais direta da população/segmentos sociais diversos na discussão sobre leis e sua aplicação;
- controle social sobre as decisões no Parlamento e no Judiciário, facilitado, por exemplo, pelas TVs;
- utilização de plataformas virtuais para operacionalização da participação cidadã;
- monitoramento de informações, de processos administrativos e de execução de serviços por observatórios sociais;
- participação dos usuários e representantes da sociedade na avaliação da qualidade da gestão e dos serviços.

Nesse contexto, entende-se que a função controle se expandiria por ações sustentadas no conceito de:

- (A) auditoria;
- (B) coprodução;
- (C) eficiência;
- (D) controladoria;
- (E) ouvidoria.

25

Em um determinado contexto no Brasil, a Controladoria Geral do Município (CGM) apresenta-se como central em seu planejamento a ideia de

“Ser referência na atuação preventiva, na promoção de ambiente ético e na responsabilização de atos ímprobos junto à Prefeitura, na aplicação de práticas modernas e inovadoras de Controle Interno e na participação social nas atividades de controle interno para a efetividade na Gestão Pública Municipal”.

Considerando-se as noções de planejamento nas organizações públicas, a declaração refere-se ao conceito de:

- (A) missão;
- (B) objetivos;
- (C) recursos;
- (D) valores;
- (E) visão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26

“A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

Diante do exposto, é correto afirmar que tal assertiva está:

- (A) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais viola o princípio da separação dos poderes;
- (B) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que a atuação do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais poderá superar os limites inerentes ao espaço reservado à discricionariedade do administrador;
- (C) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a decisão judicial não pode apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano para alcançar o resultado;
- (D) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que existe “imperativo de tutela”, considerada a forma como a Constituição de 1988 estruturou as garantias instrumentais de organização e procedimento para fins de proteção do direito fundamental à saúde;
- (E) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que o déficit de profissionais da saúde não pode ser suprido pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

27

O Sindicato da Indústria e de Material Plástico do Estado Beta manejou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, em face de Lei do Município Alfa (localizado no Estado Beta), que dispõe sobre a obrigação de substituição do uso de sacos e sacolas plásticas de lixos por sacos e sacolas ecológicas.

Diante do exposto, é correto afirmar que é:

- (A) materialmente constitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de a matéria tratar de direito do consumidor e não de direito ambiental;
- (B) formal e materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de ofensa à competência estadual para legislar sobre o tema e ao princípio da razoabilidade;
- (C) constitucional – formal e materialmente – a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência dos Municípios sobre matéria protetiva de direito ambiental;
- (D) materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da violação ao princípio da livre iniciativa;
- (E) formalmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência da União para legislar sobre a matéria.

28

O Tribunal de Contas do Estado Gama apurou irregularidades em contrato administrativo realizado entre o Município Alfa, localizado no Estado Gama, e determinada empresa prestadora de serviços de engenharia. A Assembleia Legislativa do referido Estado Gama instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mediante requerimento de dois terços de seus membros, para apurar as irregularidades encontradas.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) a CPI poderá anular o contrato, pois é sua função, concluída a investigação e confirmada a irregularidade;
- (B) a CPI só poderia ter sido instaurada mediante o requerimento da maioria dos membros da Assembleia Legislativa do Estado Gama;
- (C) a Assembleia Legislativa do Estado Gama não tem competência para instaurar CPI, a fim de apurar ato realizado por outro ente federativo, no caso, o Município Alfa;
- (D) a CPI não deveria ter sido instaurada, pois o Tribunal de Contas tem o poder de anular o ato administrativo viciado;
- (E) a CPI não poderia ter sido instaurada pelo Legislativo para apurar ato praticado pelo Executivo, em razão da separação de poderes, ainda que demonstrada a irregularidade.

29

O Ministério Público de Contas do Estado Gama impetrou mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas daquele Estado que determinou a extinção e o arquivamento de representação promovida pelo *Parquet* de Contas para se apurar supostas irregularidades em procedimento licitatório relativo a contrato de edificação da nova sede administrativa do mencionado Tribunal.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Ministério Público de Contas:

- (A) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão de lhe serem conferidas as mesmas prerrogativas jurídicas inerentes, no plano institucional, ao Ministério Público comum;
- (B) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da ausência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (C) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (D) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (E) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, pois há previsão legal autorizando o *Parquet* de Contas a atuar nesse sentido.

30

Lei de iniciativa parlamentar do Município Beta criou conselho popular com atribuição de participar do planejamento municipal, fiscalizar a respectiva execução e opinar sobre questões consideradas relevantes.

Diante do exposto, é correto afirmar que a Lei é:

- (A) inconstitucional por violação ao princípio da separação de poderes;
- (B) constitucional, pois a Constituição da República não prevê a regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
- (C) inconstitucional por violação à regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para criar órgãos da Administração Pública;
- (D) constitucional por observância aos princípios democrático e da separação de poderes;
- (E) inconstitucional por violação ao princípio republicano.

Direito Administrativo

31

Após as devidas apurações, os agentes competentes do Estado da Paraíba tomaram conhecimento de que, no início do ano corrente, o agente público Asdrúbal, dolosamente, celebrou parceria com a associação Bemquerer, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, conduta essa elencada na norma de regência como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sendo que a conduta em questão não implicou perda patrimonial efetiva.

Acerca da aludida situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, bem como a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) a celebração de acordo de não persecução civil pelo Estado da Paraíba é possível, mesmo após a prolação de sentença condenatória pelo ato de improbidade administrativa;
- (B) a ausência de perda patrimonial efetiva afasta a responsabilização por improbidade administrativa;
- (C) o Estado da Paraíba não tem legitimidade para ajuizar ação de improbidade administrativa que causou prejuízo ao respectivo erário;
- (D) tanto Asdrúbal quanto a associação Bemquerer respondem objetivamente pelo ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- (E) apenas Asdrúbal pode responder pelo ato de improbidade administrativa em questão, na medida em que somente os agentes públicos podem praticar ato de improbidade.

32

Ao compulsar a Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, Marieva deparou-se com uma definição que, para os fins da mencionada lei, corresponde à “disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações”.

Trata-se do conceito de:

- (A) transparência ativa;
- (B) transparência passiva;
- (C) transparência reativa;
- (D) transparência transversal;
- (E) universalização da transparência.

33

Vílnea, após aprovação em concurso público, alcançou a estabilidade no cargo de auditora de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba. Há algum tempo, ela sofreu um grave acidente de carro. Após árduo tratamento, período em que ficou afastada, mas não houve a sua aposentadoria, Vílnea conseguiu se recuperar. A inspeção médica realizada por junta médica oficial ressaltou a sua aptidão para o trabalho, mas apontou algumas restrições em suas capacidades físicas e mentais.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 58/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba) e que não houve alteração na respectiva carreira no período em que a servidora ficou afastada, é correto afirmar que o provimento cabível na situação de Vílnea é:

- (A) a recondução ao cargo de origem, mas encontrando-se provido tal cargo, ela deverá ser aproveitada em outro cargo, com escolaridade e remunerações equivalentes ou posta em disponibilidade;
- (B) a readaptação em cargo de atribuições afins, respeitados a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos, e, na hipótese de inexistência de cargo vago, ela exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;
- (C) a reintegração em cargo de atribuições equivalentes, de acordo com o seu nível de escolaridade e com a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, importando eventualmente na recondução de outro servidor que venha a estar ocupando tal cargo;
- (D) a reversão ao cargo de origem, a fim de que seja mantida a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, não sendo possível o exercício como excedente, caso o cargo que ela ocupava esteja provido, situação em que ela deverá ser posta em disponibilidade;
- (E) a disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em cargo que seja compatível com o seu nível de escolaridade e com remuneração equivalente, bem como com as limitações constatadas pela junta médica.

34

No regular exercício de suas atribuições, certa autoridade administrativa competente proferiu decisão administrativa que, mediante motivação clara, explícita e congruente, estabeleceu nova interpretação acerca de um conceito jurídico indeterminado, impondo, por conseguinte, novo dever aos administrados, de forma distinta de prática que vinha, até então, sendo reiteradamente adotada pela Administração Pública, que era de amplo conhecimento público.

Diante dessa situação hipotética, à luz das normas sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, na forma do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), é correto afirmar que a mencionada decisão:

- (A) é inválida, na medida em que não é possível a alteração de interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, sem a respectiva alteração legislativa;
- (B) há de determinar a invalidação de situações plenamente constituídas, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, com base na mudança posterior de orientação geral, mediante a devida justificativa;
- (C) importará na viabilidade de revisão quanto à validade das situações anteriores à nova orientação exclusivamente na esfera judicial, considerando que a prática administrativa reiterada apenas pode ser imposta ao controle administrativo;
- (D) deverá ser implementada imediatamente para situações pendentes, independentemente da previsão de regime de transição, ainda que esse seja indispensável para que o novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente;
- (E) não poderá, nas esferas administrativa, controladora e judicial, respaldar a revisão quanto à validade dos atos cujos efeitos já tiverem se completado, para o que deve ser considerada a prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público até então adotada.

35

Diante de manifestações populares, visando a melhora na prestação de determinado serviço público estadual, concedido com base na Lei nº 8.987/1995, bem como pugnando pela diminuição no valor das respectivas tarifas, que recentemente sofreram aumento, Marcela decidiu aprimorar os seus conhecimentos em relação aos princípios que regem os serviços públicos, à luz do mencionado diploma legal e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, vindo a concluir corretamente que:

- (A) o serviço adequado é aquele que satisfaz, dentre outros aspectos, a continuidade, de modo que não é possível a sua interrupção em nenhuma hipótese;
- (B) o contrato de concessão em questão é regido pelo princípio da atualidade que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;
- (C) o Poder Concedente pode alterar unilateralmente o valor da tarifa por Decreto, sem a previsão da respectiva fonte de custeio, para atender às manifestações em questão, em decorrência do princípio da modicidade tarifária;
- (D) a fixação da tarifa, em decorrência do princípio da vinculação ao edital e ao contrato, deve levar em consideração a proposta vencedora da licitação, que somente poderá ser alterada em razão do percentual de reajuste estabelecido no respectivo instrumento;
- (E) o estabelecimento de tarifas, diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos, não é viável, considerando que o serviço adequado deve atender ao princípio da igualdade de tratamento entre os usuários.

36

As associações Bela e Glamourosa são organizações da sociedade civil que, nos últimos anos, celebraram regularmente instrumentos de parceria com o Poder Público, para a realização de projetos voltados para a proteção do meio ambiente, que é o principal foco de ambas, cuja atuação é reconhecida em âmbito internacional.

Ocorre que, recentemente, as duas associações vêm enfrentando problemas na prestação de contas atinentes a um ou outro dos instrumentos formalizados, sendo certo que a associação Bela está omissa com relação à prestação de contas condizente a certo termo de fomento, enquanto a Glamourosa teve suas contas rejeitadas pela Administração Pública no que tange a determinado termo de colaboração, mas a respectiva apreciação está pendente de decisão de recurso com efeito suspensivo. Os representantes de ambas as associações estão convictos da possibilidade de sanar as mencionadas irregularidades.

Considerando que tais associações estão interessadas em participar de chamamento público para a realização de um novo termo de fomento, à luz da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, guardadas as mencionadas circunstâncias e diante dos fatos estritamente narrados, é correto afirmar que:

- (A) apenas a associação Glamourosa está impedida de celebrar a referida parceria, em decorrência da rejeição das contas atinentes ao aludido termo de colaboração, independentemente do recurso apresentado;
- (B) nenhuma das duas associações poderá prontamente formalizar a aludida parceria, na medida em que ambas estão impedidas de realizar novos instrumentos com a Administração pelo prazo de cinco anos;
- (C) apenas a associação Bela está impedida de prontamente celebrar a referida parceria, diante da omissão verificada com relação ao termo de fomento, que caracteriza uma das hipóteses em que não é possível a formalização de nova parceria;
- (D) caso venha a sanar a omissão verificada, a associação Bela poderá prontamente formalizar a parceria em questão, mas a rejeição de contas no termo de colaboração da associação Glamourosa importa em impedimento para novas parcerias com a Administração pelo prazo de cinco anos, independentemente do recurso apresentado;
- (E) não há qualquer impedimento para que qualquer das duas associações formalize o aludido termo de fomento, considerando que ambas têm atuação reconhecida em âmbito internacional e que as irregularidades são pontuais e sanáveis.

37

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

- (A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;
- (B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;
- (C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;
- (D) notificar o particular para exercer a ampla defesa e o contraditório prévio, a fim de que, só depois, seja viável a apreensão dos aludidos medicamentos vencidos;
- (E) apreender os medicamentos vencidos em questão, sem que haja em qualquer momento a garantia da ampla defesa e do contraditório, diante da gravidade da conduta do particular.

38

Sociedade Beta praticou ato lesivo à Administração Pública do Estado Alfa, nos termos do Art. 5º, II, da Lei nº 12.846/2013, na medida em que, comprovadamente, financiou a prática de atos ilícitos previstos na mencionada norma.

Em razão disso, as autoridades administrativas competentes instauraram o respectivo processo administrativo de responsabilização, com fulcro especificamente no aludido diploma legal, por meio do qual, após os trâmites regulares, além da penalidade de multa, na esfera administrativa, pode ser aplicada a sanção de:

- (A) dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- (B) suspensão ou interdição de suas atividades;
- (C) publicação extraordinária da decisão condenatória;
- (D) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração;
- (E) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas.

39

Ao estudar para o concurso público de auditor de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, Douglas teve que se aprofundar no sistema de controle interno do mencionado ente federativo, na forma constante da Lei Estadual nº 11.264/2018, vindo a concluir corretamente que:

- (A) qualquer processo conduzido para o exercício da autotutela da Administração Pública, para fins da mencionada norma, deve ser considerado controle interno, a despeito da realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade no âmbito da respectiva estrutura de governança;
- (B) o sistema de controle interno deve ser articulado por um Órgão Central, tendo como referência o modelo de três linhas de defesa, sendo que a primeira linha de defesa é constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos e controles internos da gestão do órgão ou entidade;
- (C) os órgãos e entidades do Estado da Paraíba, para que o controle interno seja eficaz, deverão estabelecer objetivos claros a serem alcançados nos níveis estratégicos e de operações, objetivos esses especificados em cinco categorias distintas, em razão da gradação dos riscos de cada atividade;
- (D) tal sistema deve abranger a função de avaliação de conformidade, compreendida como atividade objetiva de verificação dos atos de gestão, com finalidade de confirmar se esses atos atendem às exigências legais aplicáveis e comunicar tempestivamente aos gestores, quando da ocorrência de não conformidade;
- (E) o controle interno compreende os métodos utilizados pela Administração para desenvolver a eficiência e eficácia nas operações e para avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, com exceção de procedimentos específicos de diferentes órgãos do Poder Executivo, ainda que tenham a aludida finalidade.

40

Matheus obteve graduação em direito e cursou mestrado em políticas públicas, tendo atuado em projetos de pesquisa especialmente voltados para o saneamento básico. Diante de tal experiência, atuou como secretário de diversos Municípios nos últimos quinze anos. Contudo, em decorrência de condutas realizadas enquanto exercia tal cargo político no Município Delta, foi condenado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário e que resultou, dentre outras penalidades, na aplicação de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, por decisão proferida por órgão colegiado. Ocorre que o nome de Matheus está sendo cotado para ser indicado como diretor de certa empresa pública do Estado Ômega, que atua na área de saneamento básico.

À luz do disposto na Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois não preenche todos os requisitos cumulativos necessários para tanto, enquanto perdurarem os efeitos da sanção de suspensão dos direitos políticos;
- (B) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois, dentre outros requisitos, a norma exige a formação em engenharia que seja compatível com respectiva área de atuação no setor de saneamento básico;
- (C) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos necessários para tanto, especialmente a experiência mínima necessária, considerando que atuou por mais de dez anos no setor público;
- (D) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos cumulativos exigidos pela norma de regência quanto à experiência e formação, não existindo qualquer impedimento para tanto na situação descrita;
- (E) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois a referida condenação por ato de improbidade importa em inelegibilidade que impede tal indicação desde a decisão do órgão colegiado até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena.

Fundamentos da Auditoria Interna Governamental

41

Uma entidade pública está estruturando o seu sistema de governança e designou um grupo de trabalho (GT) para, a partir de referenciais aplicáveis a entidades públicas, elaborar uma proposta a ser submetida à administração da entidade. O GT identificou que a governança organizacional pública deve ser estruturada a partir de mecanismos como liderança, estratégia e controle e que a estruturação de um sistema de governança se dá pela adoção de práticas relativas a cada um desses mecanismos.

Uma prática relacionada ao mecanismo da estratégia pode ser exemplificada por:

- (A) promover a integridade;
- (B) garantir a accountability;
- (C) estabelecer o modelo de governança;
- (D) avaliar a satisfação das partes interessadas;
- (E) monitorar o desempenho das funções de gestão.

42

Uma entidade pública definiu que uma das suas metas para um determinado exercício era promover a implantação da gestão de riscos e para isso nomeou um grupo de trabalho (GT), com servidores da estrutura de apoio administrativo da entidade. A primeira atividade do GT foi formular uma proposta de Política de Gestão de Riscos. Nessa proposta foram definidas diretrizes para cada etapa do processo de gestão de riscos.

No processo de gestão de riscos, a definição da matriz de riscos, das escalas de probabilidade e impacto e das escalas de avaliação de controles se encaixam na etapa de:

- (A) avaliação de riscos;
- (B) identificação de riscos;
- (C) monitoramento de riscos;
- (D) comunicação de riscos;
- (E) tratamento de riscos.

43

Uma instituição pública de ensino de grande porte foi requisitada por um órgão de controle a promover um processo de redimensionamento de suas unidades com prerrogativas de contratação de bens e serviços por meio da execução orçamentária e financeira. A instituição contava com 50 dessas unidades e passou para 20, com uma maior centralização das referidas prerrogativas. Após um ano do redimensionamento, o órgão de controle faria uma avaliação inicial dos impactos desse processo.

Um instrumento de fiscalização adequado para essa avaliação é o(a):

- (A) auditoria;
- (B) inspeção;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) acompanhamento.

44

No planejamento de um trabalho de auditoria, os procedimentos de auditoria são definidos considerando o objetivo, a natureza e o escopo do trabalho, análises preliminares e uma série de características do objeto auditado. Na busca por evidências para fundamentar a formação da opinião do auditor, os procedimentos são realizados com diferentes finalidades.

Assim, quando a finalidade é avaliar se o desenho dos controles é adequado aos riscos inerentes que pretendem mitigar, devem ser realizados testes:

- (A) analíticos;
- (B) de detalhes;
- (C) substantivos;
- (D) de aderência;
- (E) de observância.

45

Após participar de um seminário sobre governança pública e ter contato com diversos relatos sobre os impactos da boa governança nos objetivos de uma organização, o gestor de uma entidade pública solicitou à sua assessoria direta que aplicasse o Novo Modelo das Três Linhas 2020 de *The Institute of Internal Auditors* à estrutura da entidade.

O gestor sempre questionava a relevância e a efetividade do trabalho da auditoria interna, mas ao analisar esse papel sob a ótica do novo modelo, o gestor compreendeu que a auditoria interna:

- (A) estabelece estruturas e processos para a governança organizacional;
- (B) monitora questões relacionadas à efetividade da gestão de riscos;
- (C) provê informações aos stakeholders acerca da supervisão organizacional;
- (D) protagoniza ações para atingimento dos objetivos organizacionais;
- (E) avalia de forma independente questões relativas ao atingimento dos objetivos da entidade.

46

Como parte dos procedimentos planejados para um trabalho de auditoria, um auditor interno acompanhou, *in loco* e sem agendamento prévio, uma comissão de servidores de uma entidade pública executando as atividades associadas ao recebimento de bens e materiais adquiridos pela entidade. Ao final de cada período de acompanhamento, o auditor interno registrou se as atividades foram desempenhadas de acordo com os padrões definidos.

Esse procedimento realizado pelo auditor corresponde a um(a):

- (A) indagação;
- (B) observação;
- (C) confirmação;
- (D) inspeção física;
- (E) reexecução de atividades.

47

Ao desenvolver o seu trabalho, um auditor interno deve estar atento aos princípios éticos e a regras de conduta aplicáveis à sua área de atuação. Nesse contexto, ao comprometer-se em “divulgar todos os fatos materiais de seu conhecimento que, caso não sejam divulgados, possam distorcer o reporte sobre as atividades sob revisão”, o auditor interno está agindo em aderência ao princípio ético da:

- (A) integridade;
- (B) competência;
- (C) objetividade;
- (D) imparcialidade;
- (E) confidencialidade.

48

Uma instituição de ensino superior realizou um processo de avaliação dos riscos associados à administração do alojamento estudantil e concluiu que não possuía internamente os requisitos e as funcionalidades para administrar de forma adequada um serviço de alojamentos. Assim, a instituição de ensino terceirizou a administração do alojamento a uma empresa de gestão patrimonial, com vistas a reduzir o impacto e a probabilidade de riscos relacionados com a propriedade.

A decisão tomada pela instituição de ensino após o processo de avaliação de riscos representa uma resposta ao risco, que implica:

- (A) aceitar;
- (B) compartilhar;
- (C) evitar;
- (D) moderar;
- (E) reduzir.

Controle na Administração Pública

49

Ao ser empossado após aprovação em concurso público, um servidor foi lotado na superintendência geral de licitações e contratos de um ente público. O servidor ficou diretamente subordinado ao diretor de licitações, que supervisionava o trabalho no servidor na instrução dos processos licitatórios.

Essa supervisão, que decorre do poder hierárquico, pode ser enquadrada no âmbito das atividades de controle:

- (A) interno;
- (B) do mérito;
- (C) operacional;
- (D) da legalidade;
- (E) de desempenho.

50

Dada a sua natureza, a atividade financeira no Estado não pode prescindir de estruturas definidas de controle com o fim último de salvaguardar os recursos públicos.

Nesse contexto, os controles sobre a atividade financeira do Estado:

- (A) são efetivos somente quando executados de forma prévia ou concomitante;
- (B) subsidiam o julgamento das contas dos responsáveis pela execução orçamentária;
- (C) não são baseados em sistema de auditoria, mas em critérios de legalidade e legitimidade;
- (D) têm aplicação circunscrita às receitas e despesas objeto de planejamento orçamentário;
- (E) são mandatórios para entidades da administração direta e facultativos para as da administração indireta.

51

Os controles sobre a atividade financeira do Estado colaboram para a consolidação democrática e subsidiária, mediante o acesso à informação relevante e fidedigna, o controle social. Esses controles, também chamados de fiscalização no texto constitucional, são exercidos sob diferentes perspectivas e objetivos.

Uma dessas perspectivas é a fiscalização operacional, que tem entre os seus objetivos:

- (A) avaliar o grau de cumprimento dos objetivos e metas previstos na lei orçamentária;
- (B) examinar e verificar a regularidade e a correção técnica da escrituração;
- (C) possibilitar um controle sobre a regularidade dos registros e a utilização dos bens públicos;
- (D) verificar se as contas públicas representam a efetiva situação financeira de uma entidade;
- (E) verificar a realização dos planos de governo, em vista de evitar que os recursos sejam aplicados com desvio de finalidade.

52

No contexto dos controles exercidos sobre a atividade financeira do Estado, a Constituição Federal dispõe expressamente sobre as competências dos poderes e órgãos.

No caso dos tribunais de contas, as atividades de controle exercidas por eles:

- (A) devem ser prioritárias a entidades que compõem a administração direta;
- (B) são direcionadas ao aperfeiçoamento dos controles internos dos jurisdicionados;
- (C) são facultativas quanto à perspectiva de desempenho operacional;
- (D) se estendem sobre a execução orçamentária e aspectos de gestão fiscal;
- (E) têm foco nas prestações de contas de final de gestão.

53

Na aplicação de uma sanção por dano patrimonial relacionado à improbidade administrativa, sob o amparo da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, caso o juiz considere que, em virtude da situação econômica do réu, o valor da multa calculado nos termos da lei seja ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade, a multa aplicada:

- (A) pode ser aumentada até o dobro;
- (B) deve ser aumentada a critério do juiz e considerando a extensão do dano;
- (C) deve ser acompanhada de prestação de serviços comunitários;
- (D) deve ser cumulativamente acrescida de outras sanções de natureza financeira;
- (E) pode ser reduzida em até um terço, desde que haja ressarcimento integral ao erário.

54

Ao avaliar se uma entidade pública atende aos requisitos de transparência quanto à divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, um dado NÃO exigido expressamente quanto à despesa refere-se a:

- (A) identificação da fonte de custeio;
- (B) número do correspondente processo;
- (C) procedimento licitatório realizado, se aplicável;
- (D) descrição do bem fornecido ou serviço prestado;
- (E) identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.

55

Uma entidade pública recebeu um pedido de acesso à informação que na verdade representava um questionário de pesquisa acadêmica, com questionamentos sobre a estrutura de gestão de riscos da entidade e providências efetivas adotadas para a sua implantação. As informações não estavam prontamente disponíveis nos moldes solicitados e precisariam ser elaboradas.

À luz da Lei de Acesso à Informação, o referido pedido:

- (A) deve ser respondido imediatamente;
- (B) deve ser respondido após o processamento da informação, em prazo regulamentar;
- (C) está fora do escopo da referida lei, por se tratar de um questionário de pesquisa;
- (D) pode ser negado por se referir a informações não oficiais sob custódia da entidade;
- (E) pode ser respondido em prazo equivalente a 45 dias úteis, mediante justificativa.

Administração Financeira e Orçamentária

56

O Art. 3º da Lei estadual nº 12.736/2023 dispõe, nesses termos, que:

“Na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado”.

Ao tratar desse conteúdo, a referida Lei deve dispor também sobre:

- (A) parâmetros para redução das desigualdades inter-regionais;
- (B) diretrizes relativas à execução dos programas de duração continuada;
- (C) objetivos relativos às despesas de capital e outras delas decorrentes;
- (D) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário;
- (E) programação de despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual.

57

O trecho a seguir foi extraído da LOA 2023 de um Estado da Federação:

“Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 17.142.931.453,00 (dezessete bilhões, cento e quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta e três reais).”

O trecho em destaque indica que:

- (A) as despesas do orçamento da seguridade social devem ser complementadas com receitas extraorçamentárias;
- (B) as receitas arrecadadas além do previsto no exercício só podem cobrir despesas autorizadas em períodos anteriores;
- (C) as receitas primárias não devem ser inferiores ao valor total estimado para a arrecadação;
- (D) uma operação de crédito precisa ser realizada para cobrir os investimentos do ente;
- (E) tanto receitas efetivas quanto não efetivas são consideradas na estimativa de receita do ente.

58

Um ente federado recebeu um pedido amparado pela Lei de Acesso à Informação no qual foi solicitada a disponibilização de informação pormenorizada acerca do que se pretende alcançar com a implementação de políticas públicas na área de gestão ambiental e sustentabilidade ao longo do exercício financeiro corrente.

O pedido pode ser atendido com o fornecimento de informações:

- (A) categorizadas por grupo de natureza de despesa;
- (B) constantes no relatório resumido da execução orçamentária;
- (C) da estrutura programática da despesa;
- (D) dos anexos da lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) organizadas conforme a respectiva função governamental.

59

Um instrumento que desde 2015 tem alterado a dinâmica de aplicação de recursos do orçamento da União são as emendas parlamentares impositivas, conforme demonstrado na tabela a seguir, com valores executados expressos em milhões de reais:

Ano	Tipo		Total
	De bancada	Individual	
2015	-	1.810,3	1.810,3
2016	-	4.194,9	4.194,9
2017	644,2	3.628,7	4.272,9
2018	1.564,5	7.259,3	8.823,8
2019	2.023,9	6.521,5	8.545,4
2020	4.273,6	8.195,0	12.468,6
2021	4.097,7	8.466,4	12.564,1
2022	4.008,8	9.385,6	13.394,4
2023	4.312,1	16.147,9	20.460,0
Total	20.924,8	65.609,6	86.534,4

Nota: Valores de 2023 atualizados até 09/11/2023.

Fonte: Tesouro Transparente.

A análise dos valores apresentados na tabela, à luz do regimento sobre emendas parlamentares no âmbito federal, permite afirmar que:

- (A) desde 2015, as emendas parlamentares impositivas representam 2% da receita corrente líquida do exercício;
- (B) o montante destinado às emendas parlamentares impositivas é dividido em quotas iguais entre senadores e deputados;
- (C) no ano de 2022, pelo menos cerca de R\$ 6,7 bilhões devem ter sido destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- (D) o montante de recursos de emendas de bancada deverá ser integralmente aplicado em investimentos na área de saúde;
- (E) em 2021, o montante total de emendas impositivas deveria representar até 2,2% da receita corrente líquida de referência.

60

Um ente público alugou um imóvel para instalação de uma das suas secretarias. Para adequar o imóvel às necessidades do ente foi necessário adquirir e instalar divisórias removíveis e persianas. Um servidor recém-lotado da divisão de gestão patrimonial do ente tinha dúvidas quanto ao tratamento contábil desses itens, dada a sua natureza, e foi orientado que tais itens:

- (A) terão seu valor descontado do valor do aluguel do imóvel;
- (B) devem ser, em geral, tombados como material permanente;
- (C) serão classificados como despesa orçamentária de natureza corrente;
- (D) devem ser tratados como despesas do exercício em que foram adquiridos;
- (E) não estão sujeitos à depreciação sistemática, por estarem instalados em imóvel de terceiros.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Ciência de Dados

61

No contexto de Qualidade de Dados, o auditor de contas públicas João deverá analisar a consistência dos dados da base de dados AUD_CONTAS identificando variações sobre os valores dos atributos, como:

- 30% das entradas de dados na coluna CD_FUNCIONARIO estão marcadas com o caractere “espaço”
 - existem 200 linhas na tabela TBL_PROCESSO contendo dados sobre processos sem nenhuma linha contendo os seus detalhes
- Para isso, a técnica de diagnóstico sobre a qualidade de dados que João deverá utilizar é:

- (A) profiling;
- (B) matching;
- (C) deduplicação;
- (D) data cleansing;
- (E) enriquecimento.

62

O auditor de contas públicas João deverá realizar uma auditoria financeira e precisa construir um modelo de aprendizado de máquina, simples e interpretável, para classificar transações como "suspeitas" ou "não suspeitas". Para tanto, João deverá basear-se em atributos, como valor da transação, localização, tipo de transação e histórico do cliente, contidos em um conjunto de dados relativamente pequeno.

Nesse contexto, para criar esse modelo, João deverá aplicar a técnica de classificação binária:

- (A) k-means;
- (B) regressão linear;
- (C) árvore de decisão;
- (D) rede neural artificial;
- (E) análise de componentes principais.

63

O cientista de dados João deverá criar um modelo de aprendizado de máquina com o objetivo de classificar transações de cartão de crédito como "fraudulentas" ou "não fraudulentas". Dentre as métricas de avaliação da qualidade geral do modelo criado, João deverá utilizar a que avalia o equilíbrio entre precisão e sensibilidade (recall):

- (A) acurácia;
- (B) F1-score;
- (C) especificidade;
- (D) índice Jaccard (J);
- (E) área sob a curva ROC (AUC-ROC).

64

O auditor de contas públicas João está desenvolvendo um modelo de aprendizado de máquina para identificar transações financeiras suspeitas em uma auditoria de contas. Após treinar o modelo, João observa que esse tem um desempenho excelente nos dados de treinamento, mas apresenta um desempenho ruim nos dados de teste, com uma alta taxa de erro.

Nesse contexto, o problema observado por João, do modelo ajustar-se excessivamente aos dados de treinamento, é denominado:

- (A) bias (viés);
- (B) overfitting;
- (C) underfitting;
- (D) oversampling;
- (E) undersampling.

65

No contexto de pré-processamento de dados, o auditor de contas públicas João está trabalhando em um projeto de análise de dados e percebe que as variáveis numéricas no conjunto de dados têm escalas muito diferentes, como a escala dos preços sendo maior do que a escala dos pesos, como demonstrado nos produtos A e B:

- Produto A (Preço: R\$ 50 e Peso: 300g)
- Produto B (Preço: R\$ 500 e Peso: 1000g)

Além disso, ele observa a presença de *outliers* nos dados. Nesse sentido, João deverá tratar os dados para garantir que as variáveis tenham uma distribuição normal, isto é, com média igual a zero e desvio padrão igual a um.

Para isso, a técnica de tratamento de dados que João deverá utilizar, levando em consideração a presença de *outliers*, é:

- (A) discretização (kbins discretization);
- (B) codificação (one-hot encoding);
- (C) normalização (min-max scaling);
- (D) padronização (standardization Z-Score);
- (E) transformação logarítmica (log transformation).

66

Maria está implementando o Audit-DataMart para apoiar análises sobre a quantidade de auditorias realizadas por cidade e por período. Para isso, Maria elaborou o modelo multidimensional de dados no qual a dimensão tempo se relaciona com a tabela fato duas vezes, uma representando a data de início da auditoria e a outra representando a data do fim da auditoria, conforme ilustrado a seguir.



A técnica de modelagem multidimensional de dados utilizada por Maria para referenciar múltiplas vezes uma única dimensão física na tabela fato é:

- (A) Non-Additive Fact;
- (B) Degenerate Dimension;
- (C) Role Playing Dimension;
- (D) Dimension Surrogate Key;
- (E) Calendar Date Dimensions.

67

Observe o seguinte código escrito em Python.

```
import json
x = '{"nome":"Junior", "idade":5,
"brinquedo":["Carro", "Bola", "Trem", "Barco",
"Urso"]}';
y = json.loads(x)
z = len(y)
print(y["brinquedo"][int(z)])
```

O resultado da execução do código Python apresentado é:

- (A) Bola
- (B) Trem
- (C) Urso
- (D) Carro
- (E) Barco

68

Maitê trabalha com diversos dados organizados em matrizes e, frequentemente, precisa reorganizar a matriz trocando as linhas dos Meses com as colunas dos Anos, conforme exemplificado na ilustração a seguir.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Original					Reorganizada	
2		2023	2024			Janeiro	Fevereiro
3	Janeiro	1	2		2023	1	4
4	Fevereiro	4	5		2024	2	5

No Excel, para girar os dados de colunas para linhas, ou vice-versa, Maitê deve utilizar a função:

- (A) COLS
- (B) MUDAR
- (C) TRANSPOR
- (D) CONJUNTOCUBO
- (E) MATRIZ.INVERSO

Desenvolvimento de Sistemas

69

Considere o seguinte trecho de código de uma página web:

```
<div id="opcoes" class="vert">
  <div class="item">Contratos</div>
  <div class="item">Convênios</div>
  <div class="item">Licitações</div>
</div>
```

E o respectivo código de Cascading Style Sheets:

```
.vert {
  display: flex;
  width: max-content;
}

.item {
  flex: auto;
  width: 110px;
}
```

Ao ser renderizado por um navegador web padrão, o elemento com id "opcoes" do código acima exibe três elementos div:

- (A) dispostos em linha, com largura total igual a 330px;
- (B) dispostos em coluna, com largura total igual a 110px;
- (C) dispostos em linha, com largura total menor ou igual a 330px;
- (D) dispostos em coluna, com largura total menor ou igual a 110px;
- (E) dispostos em coluna, com largura total maior ou igual a 110px.

70

O desenvolvedor José implementou a classe CGEPrincipal em Java 17. A fim de tornar a implementação mais aderente ao modelo de domínio, José restringiu a herança da classe na declaração, especificando que a CGEPrincipal poderia ser herdada apenas pelas classes CGEUm e CGEDois.

Para restringir a herança na declaração da classe CGEPrincipal, José utilizou a funcionalidade do Java 17:

- (A) reflection;
- (B) static class;
- (C) sealed class;
- (D) foreign function;
- (E) pattern matching.

71

Considere o seguinte código em ECMAScript 2021:

```
const num = 1_2_3_4_5+1_0;
console.log(num)
```

Ao ser executado, o código acima exibe o seguinte texto no console:

- (A) NaN;
- (B) 12355;
- (C) undefined;
- (D) 1_2_3_4_6_0;
- (E) 1_2_3_4_5+1_0.

72

A analista Ana está desenvolvendo o pacote do npm CGEOnline com o apoio da ferramenta git. Em dado momento, Ana precisou incrementar a versão do CGEOnline, commitar no git a modificação de versão realizada e criar uma tag no git para marcar a nova versão. Para realizar as operações de forma simples e rápida, Ana recorreu ao comando do npm capaz de incrementar a versão de um pacote e ainda criar automaticamente um commit e uma tag no repositório git local, relacionados ao incremento da versão.

Ana recorreu ao comando do npm:

- (A) pkg;
- (B) pack;
- (C) update;
- (D) version;
- (E) dist-tag.

73

A analista Joana está desenvolvendo a aplicação ParaíbaCerta. Joana implementou o modelo e o repositório da camada de persistência, mas ainda não escolheu qual banco de dados irá utilizar. Joana também implementou um teste automatizado para determinado fluxo da interface gráfica da ParaíbaCerta.

À luz da arquitetura hexagonal, ao implementar o repositório da camada de persistência e o teste automatizado, Joana adicionou à ParaíbaCerta, respectivamente:

- (A) uma porta primária e uma porta secundária;
- (B) uma porta primária e um adaptador primário;
- (C) uma porta secundária e um adaptador primário;
- (D) um adaptador secundário e uma porta secundária;
- (E) um adaptador primário e um adaptador secundário.

74

Considere o seguinte código em JavaScript com React:

```
import React from 'react';

function Number() {
  let x = 5, y = 5;
  const [n, setN] = React.useState(x);

  React.useEffect(() => {
    setN(x => x + n);
    setN(y => x + y);
  }, []);

  return n;
}
```

Ao se utilizar o componente funcional Number, o valor retornado por Number após a renderização final será:

- (A) 5;
- (B) 10;
- (C) 15;
- (D) 20;
- (E) 55.

75

A analista Débora está implementando o sistema CGEOnline de acordo com o Domain Driven Design (DDD). Débora criou em CGEOnline a classe de modelo de domínio Acoes, sem atributos que identifiquem unicamente determinada instância da classe. As instâncias de Acoes são caracterizadas apenas pelo estado da instância.

A classe Acoes, criada por Débora, aplica o conceito do DDD:

- (A) serviço;
- (B) entidade;
- (C) agregado;
- (D) repositório;
- (E) objeto de valor.

76

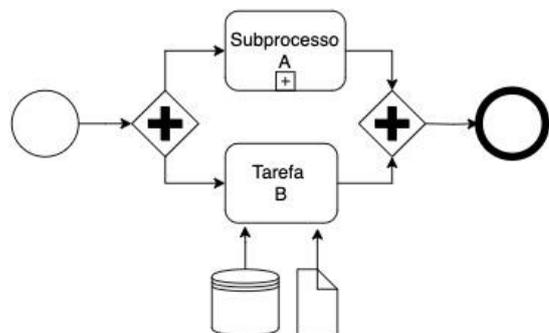
O analista João está instalando um novo cluster de computação em nuvem na CGE/PB, utilizando Kubernetes. Para orquestrar o armazenamento do cluster, João recorreu ao recurso do Kubernetes que adiciona armazenamentos provisionados pelo administrador na forma de volumes que possuem tempo de vida próprio, independente dos pods associados. Os volumes adicionados por João podem ser usados pelos pods do cluster mediante arquivo de solicitação de armazenamento.

João recorreu ao recurso do Kubernetes:

- (A) DynamicVolume;
- (B) VolumeSnapshot;
- (C) ProjectedVolume;
- (D) PersistentVolume;
- (E) EphemeralVolume.

77

Júnior elaborou o seguinte diagrama utilizando a notação BPMN 2.0 e apresentou para o seu chefe Carlos.

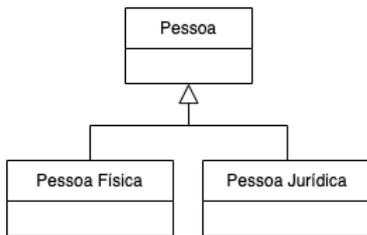


Ao analisar o diagrama elaborado por Júnior, Carlos observou o seguinte erro de notação:

- (A) uma tarefa deve conter apenas uma entrada de dados e não duas como, por exemplo, objeto de dados e armazém de dados;
- (B) os caminhos paralelos de um fluxo devem conter atividades do mesmo tipo, apenas subprocessos ou apenas tarefas;
- (C) o evento de fim de processo deve ser representado por um círculo duplo e não por um círculo simples com linha grossa;
- (D) a associação de dados de entrada de uma tarefa deve ser representada por uma seta com linha pontilhada e não por uma seta com uma linha contínua;
- (E) a sincronização de caminhos paralelos de um fluxo deve ser representada por apenas um gateway com sinal de multiplicação no centro do losango.

78

Observe o seguinte Diagrama de Classes UML.



A relação entre as Classes que está representada no diagrama é:

- (A) Realização;
- (B) Agregação;
- (C) Composição;
- (D) Dependência;
- (E) Generalização.

Bancos de Dados

Tabelas Relacionais T1 e T2

Considere as tabelas relacionais T1 e T2, de acordo com as colunas e as instâncias abaixo descritas. Na execução dos comandos SQL, assuma que o mecanismo do banco de dados considera valores NULL como valores desconhecidos (*unknown*).

Tabela T1

P	N
1	10
2	40
3	20
4	10

Tabela T2

E	Q	P
1	10	2
2	40	3
3	20	8
4	10	NULL

79

À luz das tabelas T1 e T2, anteriormente apresentadas, analise o comando SQL exibido a seguir.

```

select case when
  exists (select * from T2
    where T2.E = 2
    and T2.P = 3
    and exists
      (select * from T1
        where T1.P in (2,3,4)
        and T2.E in (2,3)))
  then 1 else 0 end flag
  
```

Sobre uma eventual execução desse script, é correto afirmar que:

- (A) haveria um erro de sintaxe na última linha, no termo “flag”;
- (B) seria produzido um resultado contendo somente a linha de títulos;
- (C) seria produzido um resultado contendo, além da linha de títulos, uma linha com uma coluna com o valor 0;
- (D) seria produzido um resultado contendo, além da linha de títulos, uma linha com uma coluna com o valor 1;
- (E) haveria um erro de sintaxe na segunda linha, pois não é permitido o uso da cláusula “exists” logo após o termo “when”.

80

Considerando as tabelas T1 e T2, anteriormente apresentadas, analise o comando SQL a seguir.

```
delete from T2 where P not in (select P from T2)
```

O número de linhas deletadas da tabela T2 pela execução desse comando é:

- (A) 0;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

81

Considerando as tabelas T1 e T2, anteriormente apresentadas, analise o comando SQL a seguir.

```
select * from T1 full outer join T2 on T1.P=T2.P
```

Além da linha de títulos, a execução desse comando produz um resultado com:

- (A) 4 linhas e 5 colunas;
- (B) 6 linhas e 4 colunas;
- (C) 6 linhas e 5 colunas;
- (D) 16 linhas e 4 colunas;
- (E) 16 linhas e 5 colunas.

82

Tomando como base somente as instâncias das tabelas T1 e T2, anteriormente apresentadas, considere o conjunto de dependências funcionais que, possivelmente, poderiam ser verificadas.

- (1) P -> N
- (2) N -> P
- (3) E -> Q
- (4) E -> P
- (5) Q -> P
- (6) Q -> E
- (7) P -> E
- (8) P -> Q

Dessa lista enumerada, o conjunto completo das únicas dependências funcionais que poderiam ser corretamente depreendidas é:

- (A) 1, 2;
- (B) 1, 3;
- (C) 1, 2, 5;
- (D) 1, 2, 7, 8;
- (E) 1, 3, 7, 8.

83

João precisa criar um esquema normalizado para a tabela R, que contém cinco colunas, que não admitem valores nulos, como ilustrado no esquema abaixo.

```
R (A, B, C, D, E)
```

Sobre essas colunas (ou atributos), João levantou as dependências funcionais seguintes.

```
A -> B
B -> C
C -> D
D -> E
D -> A
```

Dentre os esquemas SQL esboçados por João, o que melhor representa a tabela R, com suas restrições, é:

- (A) create table R (
 A int not null unique,
 B int not null unique,
 C int not null unique,
 D int not null unique,
 E int not null)
- (B) create table R (
 A int not null,
 B int not null,
 C int not null,
 D int not null,
 E int not null,
 primary key (A, B, C, D))
- (C) create table R1 (
 A int not null,
 B int not null,
 C int not null,
 D int not null,
 primary key (A, B, C, D))
 create table R2 (
 D int not null unique,
 E int not null)
- (D) create table R1 (
 A int not null unique,
 B int not null unique,
 C int not null unique,
 D int not null unique)
 create table R2 (
 D int not null unique
 E int not null)
- (E) create table R1 (
 A int not null unique,
 B int not null unique,
 C int not null unique)
 create table R2 (
 D int not null unique,
 E int not null)

84

No contexto dos modelos de recuperação de bancos de dados (*recovery models*) disponíveis no MS SQL Server, analise as afirmativas a seguir.

- I. No modelo *Simple Recovery*, o banco de dados pode ser recuperado até o ponto de último backup, *full* ou *differential*.
- II. No modelo *Full Recovery*, o banco de dados pode ser recuperado até o ponto da falha, ou certo ponto no tempo.
- III. O modelo *bulk model* não requer backup dos logs na recuperação.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

85

O desempenho e a otimização de consultas em bancos de dados, além dos cuidados básicos necessários, depende da indexação, uma vez que normalmente há uma enorme área de armazenagem.

O índice mais utilizado, e usualmente adotado por default em gerenciadores de bancos de dados relacionais, é conhecido genericamente como:

- (A) B-tree;
- (B) Cluster;
- (C) Bitmap;
- (D) Tabela Hash;
- (E) Árvore binária.

86

No contexto do PostgreSQL, analise o comando SQL a seguir.

```
CREATE TABLE TESTE_X PARTITION OF TESTE
FOR VALUES IN ('SP', 'RJ');
```

Esse comando tem por finalidade:

- (A) a implementação do particionamento da tabela TESTE pelo critério conhecido como *List*;
- (B) a implementação do particionamento da tabela TESTE_X pelo critério conhecido como *Range Partitioning*;
- (C) a criação de uma tabela virtual, somente leitura, segundo o conceito de *Table View*, similarmente ao emprego das *views* derivadas de consultas SQL;
- (D) a implementação de particionamentos de índices clusterizados (*Clusterized indexes*), usados para otimização de consultas sobre tabelas baseadas em intervalos de chaves de acesso;
- (E) a definição de uma nova tabela, TESTE_X, somente leitura, cuja estrutura é copiada da tabela TESTE e é instanciada inicialmente com todas as linhas cujos valores das chaves primárias são iguais a "SP" ou "RJ".

87

Na operação normal de um banco de dados relacional, as transações que alteram dados podem incluir os comandos *commit* e *rollback*.

O mecanismo usualmente utilizado nos gerenciadores de bancos de dados para evitar o *dirty read*, enquanto a transação não for encerrada, é conhecido como:

- (A) Trigger;
- (B) Shared lock;
- (C) Exclusive lock;
- (D) Two-phase commit;
- (E) Three-phase commit.

88

Os processos de coleta e organização de dados devem observar, com cuidado, um aspecto preconizado na Governança de Dados especialmente útil na elucidação de erros, mudanças nos processos e migrações de sistemas.

Esse aspecto, numa estrutura de governança, é conhecido como:

- (A) Controle de acesso;
- (B) Linhagem de dados;
- (C) Segurança de dados;
- (D) Propriedade de dados;
- (E) Classificação de dados.

Segurança da Informação e Proteção de Dados

89

Atualmente, as organizações são dependentes da tecnologia e dos sistemas computacionais. Logo, a perda de equipamentos e informações podem impactar a gestão da continuidade do negócio, causando perdas financeiras e, até mesmo, dependendo da gravidade das ameaças, provocando sua dissolução.

Nesse contexto, a instrução que faz parte do controle da gestão da continuidade de negócio é:

- (A) a gerência tem como dever desabilitar contas inativas, sem senhas ou com senhas fracas;
- (B) as aplicações devem bloquear contas de usuários após determinado número de tentativas de acesso sem sucesso;
- (C) a gerência deve proibir o acesso de funcionários não autorizados ao Data Center;
- (D) o Plano de Contingência deve determinar como responder a possíveis desastres;
- (E) os usuários que operam os sistemas de TI da organização devem assinar um termo de responsabilidade antes de obter o acesso a eles.

90

A gestão de risco de segurança da informação busca mapear o risco de ocorrências dos incidentes de segurança da informação. Para classificá-las, pode-se utilizar o conceito de Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade (DICA).

A ameaça classificada como uma vulnerabilidade de integridade é:

- (A) erro humano que afeta qualquer sistema da organização, permitindo acesso não autorizado a informações;
- (B) falha no fornecimento de energia elétrica, que afeta parte do hardware da organização. Com o hardware danificado, os serviços tornam-se indisponíveis;
- (C) ameaça programada, como vírus e bombas lógicas, que afetam softwares. Com isso, códigos não autorizados podem revelar ao mundo externo informações sensíveis;
- (D) o ataque “*man-in-the-middle*” de um funcionário “Insider” da organização em que os dados são interceptados, registrados e possivelmente trocados pelo atacante sem que as vítimas percebam;
- (E) falha de hardware, corrompendo o dado. Com isso, o equipamento comprometido pode ser enviado para manutenção sem o cuidado prévio de apagar informações sensíveis nele contidas.

91

Arquitetura Zero Trust é o termo utilizado para um conjunto de paradigmas de cibersegurança em evolução que deslocam as defesas de perímetros estáticos baseados em rede, para se concentrarem nos utilizadores, bens e recursos. Logo, a Zero Trust se baseia na premissa de que o ambiente de segurança deve ser construído em torno dos dados e não dos dispositivos. Dessa forma, mesmo que um dispositivo seja comprometido, o acesso aos dados sensíveis é limitado, reduzindo o impacto de um possível ataque.

Assim, o aspecto que caracteriza uma vantagem do uso da arquitetura Zero Trust para a segurança da informação é:

- (A) uso de novas tecnologias de implementação: utiliza microssegmentação, Gerenciamento de Identidade e Acesso (IAM), automação, orquestração, inteligência artificial e machine learning;
- (B) melhor detecção de ataques: a arquitetura Zero Trust possibilita uma melhor detecção de atividades maliciosas, uma vez que todo comportamento é tratado com cautela e investigado prontamente;
- (C) maior proteção contra ameaças externas: ao não presumir confiança cega em nenhum dispositivo ou usuário, a arquitetura Zero Trust reduz o risco de ataques internos acidentais ou intencionais;
- (D) maior superfície de ataque: com a implementação de controles rigorosos de acesso e autenticação, a superfície de ataque é reduzida, tornando mais difícil para os invasores explorarem vulnerabilidades;
- (E) resposta rápida a incidentes: a segmentação da rede e a aplicação de políticas agranulares permitem que as equipes de segurança isolem rapidamente áreas comprometidas, reduzindo o impacto de incidentes.

92

Os incidentes de segurança da informação devem ser mitigados para garantir que as boas práticas de segurança da informação estejam bem implantadas em sua organização. Para isso, é necessário entender de quais modelos de ataque sua organização pode ser alvo.

Diante disso, o modelo de ataque que ocorre quando uma parte não autorizada (pessoa, programa ou computador) insere objetos falsificados em um ativo, caracterizando um ataque contra a autenticidade, é o(a):

- (A) Fabricação;
- (B) Interrupção;
- (C) Modificação;
- (D) Interceptação;
- (E) Indisponibilização.

93

O modelo do Framework CIS v.8 é uma publicação que apresenta boas práticas e recomendações para a área de Segurança da Informação. Os 18 controles do CIS v.8 foram aprimorados para acompanhar sistemas e softwares modernos. A mudança para computação baseada em nuvem, virtualização, mobilidade, terceirização, trabalho em casa e mudanças nas táticas dos invasores motivaram a atualização e apoiam a segurança de uma empresa à medida que ela migra para ambientes totalmente em nuvem e híbridos.

Nesse contexto, entre os controles do CIS v.8 elencados abaixo, o que se relaciona com sua definição corretamente é:

- (A) controle 09 – Proteções para Navegador Web e E-mail – a ideia desse controle é que a organização possua ferramentas capazes de impedir ou controlar a instalação, disseminação e execução de qualquer código script malicioso;
- (B) controle 14 – Conscientização de Segurança e Treinamento de Competência – esse controle recomenda que a empresa estabeleça e mantenha programas de conscientização e treinamento para evitar incidentes de segurança;
- (C) controle 12 – Gestão de Infraestrutura de Redes – nesse controle é recomendado que a organização possua processos e ferramentas para realizar um monitoramento e defesa da rede contra ameaças em toda sua infraestrutura e base de usuários;
- (D) controle 05 – Gestão de Contas – nesse controle é abordada a importância do uso de processos e ferramentas para realizar a gestão de credenciais para todas as contas, reforçando a importância de processos e ferramentas para criar, atribuir, gerenciar e revogar credenciais de acesso independentemente do nível desse acesso;
- (E) controle 03 – Proteção de Dados – a ideia principal desse controle é que sejam estabelecidos processos e controles técnicos para realizar a proteção de dados, englobando todas as etapas desde a identificação, passando pela classificação, manuseio seguro, retenção, armazenamento e, por fim, o descarte dos dados.

94

O Cross-Site-Scripting, também conhecido como (XSS), é um dos defeitos de segurança mais comumente encontrados em aplicações web, permitindo utilizar uma aplicação vulnerável para transportar código malicioso até o navegador de outro usuário. Dependendo de como o código malicioso é transportado até o navegador da vítima e do local em que a vulnerabilidade ocorre (no servidor ou no cliente), um XSS pode ser classificado de vários tipos.

O tipo de XSS que o código malicioso é enviado na URL ou no cabeçalho HTTP, como parte da requisição, explorando um parâmetro que é exibido sem tratamento na página resultante, é o:

- (A) XSS baseado em DOM;
- (B) XSS refletido;
- (C) XSS armazenado;
- (D) XCS ou Cross Chanel Scripting;
- (E) XSS baseado em CSRF.

Auditoria e Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação

95

A Assessoria de Tecnologia da Informação de um órgão da Administração Pública planeja efetuar a contratação do serviço de desenvolvimento do novo software para gestão eletrônica de documentos.

Sendo assim, alinhada à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, a contratante deve:

- (A) obter autorização formal do Órgão Central do respectivo sistema estruturado;
- (B) elaborar o Estudo Técnico Preliminar a partir da definição do objeto no Termo de Referência;
- (C) analisar a capacitação técnica do preposto responsável por acompanhar a execução do contrato;
- (D) especificar o Documento de Formalização da Demanda propiciando os meios necessários à fiscalização do contrato;
- (E) avaliar os riscos com foco na identificação das principais fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais.

96

A Equipe de Planejamento da Contratação de um órgão da Administração Pública está elaborando o Termo de Referência (TR) para contratação dos serviços de manutenção e sustentação para o SISDELTA, um sistema digital que já está em produção.

De acordo com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, a Equipe de Planejamento da Contratação deve:

- (A) prever no TR as exigências para que a Administração intervenha, quando necessário, na gestão interna de profissional contratado;
- (B) indicar à contratada profissionais para executar diretamente o objeto contratado, de forma a garantir o padrão de qualidade adotado no desenvolvimento do sistema digital;
- (C) exigir que as empresas concorrentes ao processo de contratação apresentem, em seus quadros, as certificações e capacidades técnicas de seus funcionários como garantia para efetuar a contratação;
- (D) justificar a contratação da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhando-a ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do órgão ou entidade;
- (E) especificar a forma de reembolso das despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais de profissionais da contratada quando acionados em situações para correção de erros críticos em ambiente de produção.

97

A Assessoria de Soluções Digitais (ASD) de um órgão integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) do Poder Executivo Federal identificou a necessidade de licenciamento de uma suíte de Business Intelligence para análise gerencial dos dados atinentes aos ilícitos disciplinares praticados no âmbito da Administração Pública. A ASD buscou informações no mercado e identificou uma suíte para uso licenciado de três usuários com custo inferior a R\$ 45.000,00. A ASD fará o licenciamento baseada no(a):

- (A) processo de contratação indireta;
- (B) aderência aos requisitos de Inexigibilidade de Licitação;
- (C) conjunto de requisitos previstos para Dispensa de Licitação;
- (D) parecer técnico do Subcomitê Interno de Referencial Técnico (Sirt);
- (E) aderência a normas para contratação especial de tecnologia da informação e de comunicação previstas em legislação própria.

98

Um órgão do Poder Executivo Federal, integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), está trabalhando na elaboração do Termo de Referência com foco na contratação do serviço de desenvolvimento de uma solução tecnológica para apoiar sua atividade-fim.

Com base na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, é obrigação da contratante:

- (A) indicar formalmente o gestor técnico que deverá responder pela coordenação técnico-administrativa do contrato;
- (B) descrever os critérios aplicáveis à fase de Seleção do Fornecedor que será executada após a adjudicação e a homologação;
- (C) definir a produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução tecnológica por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado;
- (D) explicitar o processo de reparação de quaisquer danos diretamente causados à contratada ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais em decorrência da relação contratual;
- (E) especificar a forma de compartilhamento, entre contratante e contratada, dos direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução tecnológica sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados.

99

Um órgão da Administração Pública Federal direta planeja modernizar seu parque tecnológico, iniciando pela substituição de notebooks.

Considerando a Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a equipe de contratação pode exigir em edital que os licitantes cumpram o seguinte critério de sustentabilidade ambiental:

- (A) os produtos fornecidos devem utilizar materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- (B) a empresa contratada deve priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para construção e manutenção dos bens de informática;
- (C) a empresa responsável pela proposta selecionada deverá verificar, antes da assinatura do contrato, a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens, por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos;
- (D) os novos notebooks devem ter certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) como produto sustentável ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- (E) os notebooks a serem substituídos e considerados ociosos deverão obedecer à política de inclusão digital do Governo Federal, por meio da ação de redistribuição desses notebooks a entidades filantrópicas pela empresa contratada.

100

A Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especifica as atividades de monitoramento e fiscalização da execução do contrato a serem exercidas pelo fiscal técnico do contrato, que é o responsável por:

- (A) encaminhar formalmente as demandas à contratada;
- (B) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo;
- (C) autorizar o faturamento com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo;
- (D) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- (E) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas referentes ao controle dos prazos relacionados ao contrato.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

